

PMDB acha que houve "estelionato" no

JORNAL DO BRASIL

Arquivo/15-3-87

Arquivo/15-3-87

caso Barra

"Estelionato". Esta era a expressão mais usada ontem pelos deputados da bancada estadual do PMDB para definir os fatos que tumultuaram a Assembléia Legislativa durante a tarde. O senador Afonso Arinos enviou mensagem ao presidente da Casa, Gilberto Rodrigues, negando a autoria de um telex, datado da terça-feira, pelo qual teria pedido a suspensão das discussões sobre a emancipação da Barra da Tijuca, até que a Assembléia Constituinte se manifestasse a respeito. O PDT, partido contrário à municipalização do bairro, foi acusado de falsificar o documento, em Brasília.

Enquanto os pededeibistas distribuíam cópias xerox do telex enviado por Afonso Arinos, em que ele desautorizava o uso de seu nome para impedir a votação do projeto de desmembramento da Barra, os deputados pedetistas liberavam cópias de um manuscrito que teria sido o rascunho do primeiro telex, em nome de Afonso Arinos. E garantiam que a letra do texto de rascunho era a do deputado do PFL Francisco Dornelles, e que a assinatura era de Arinos.

O presidente da Assembléia, Gilberto Rodrigues, anunciou que apurará as responsabilidades sobre o uso do nome do senador Afonso Arinos para tentar impedir a votação do projeto de municipalização da Barra. Segundo ele, o deputado Rubem Medina (PFL) tinha iniciado uma investigação em Brasília e descoberto que a idéia de falsificar a mensagem nascera numa reunião de deputados do PDT, no gabinete do líder do partido na assembléia nacional, Brandão Monteiro.

O deputado federal César Maia (PDT), no Rio desde terça-feira para ajudar os deputados estaduais a encontrarem formas de obstruir a votação do projeto, declarou que Afonso Arinos "tinha todo o direito de mudar de opinião", e garantiu que o viu assinar o rascunho do telex escrito por Francisco Dornelles. O líder do PMDB na Assembléia Estadual, Elias Camilo Jorge, considerou o fato extremamente desagradável e não acredita que César Maia tenha participação no processo de falsificação do telex:

— Afonso Arinos e César Maia foram usados — garantiu.

Ambiente — Quem está acostumado à rotina da Assembléia estranhou. O movimento ontem foi grande, com a presença de muitas pessoas interessadas na questão do desmembramento da Barra. Elevadores e portas privativas de autoridades abriam e fechavam a todo instante, e o clima estava pesado nos corredores. Enquanto o PMDB passou a tarde discutindo a estratégia da votação do projeto, o PDT tentou reunir o maior número de questões que servissem para obstruir a votação: em todas as mesas dos deputados pedetistas, papéis e livros sobre legislação municipal. Os deputados dos outros partidos não se movimentaram muito por causa do tema. Alguns, no final da tarde, nem sabiam ainda que a votação do projeto tinha sido incluída como sessão extraordinária na ordem do dia.

Os deputados do PMDB acusavam os autores da suposta falsificação do telex de "estelionatários". Os pedetistas garantiam que o rascunho do telex tinha sido escrito por Francisco Dornelles com a intenção de atrapalhar os planos políticos de Rubem Medina, pois ambos seriam rivais na disputa pela candidatura a prefeito do novo município. Eduardo Chuay, tenso, denunciou a presença de Paulo Marinho — marido da atriz Maitê Proença e amigo de Moreira Franco — na reunião do PMDB, servindo como mensageiro do governador, que desejava ver o projeto aprovado ontem.

Na sala da liderança do PMDB, o secretário estadual de Assuntos Políticos, Rogério Monteiro, afirmou que não havia nenhuma recomendação de Moreira naquele sentido e que sua presença se devia à votação de outras mensagens de interesse do Governo do Estado. Paulo Marinho também estava na reunião dos pededeibistas, mas o deputado Elias Camilo Jorge considerou sua presença normal, informando que "Paulo Marinho mora na Barra e tem todo o interesse no assunto".



César testemunha assinatura

As mensagens que geraram discussão

Exmo sr deputado Gilberto Rodrigues DD presidente da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro

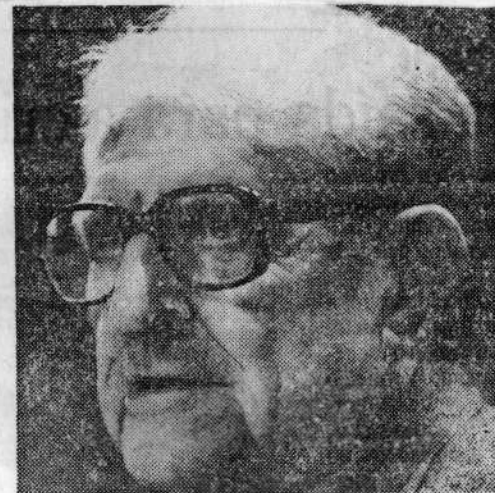
Tenho a honra de comunicar a vossa excelência ter sido apresentado na Assembléia Nacional Constituinte projeto de decisão assinado por 184 constituintes no sentido de que deverão ser sustados todos os procedimentos relacionados com o desmembramento de municípios até a promulgação da nova Carta.

Muito agradecerá vossa excelência informações sobre o processo de desmembramento do município do Rio de Janeiro, solicitando examinar possibilidade de sustar os procedimentos relativos ao desmembramento até pronunciamiento da Assembléia Nacional Constituinte. Afonso Arinos Melo Franco — presidente da Comissão de Sistematização na Assembléia Nacional Constituinte

(Com cópia para todos os líderes na Assembléia Legislativa do RJ)

Deputado Gilberto Rodrigues Presidente Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

Desautorizo o uso de meu telex referente à emancipação Barra da Tijuca — Jacarepaguá, que não foi de minha autoria. Acrescento que respeitando a competência, autonomia e autoridade da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro me abstenho quanto ao mérito. Cordiais saudações, senador Afonso Arinos.



Arinos não assume o telex

Arinos prefere manter silêncio

BRASÍLIA — O presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos (PFL-RJ), negou-se a fazer qualquer comentário sobre o telex que teria enviado ao presidente da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, Gilberto Rodrigues, pedindo a sustação da votação do projeto que transforma a Barra da Tijuca em município. Só hoje, o senador confirmará se a assinatura do texto manuscrito, que serviu de esboço do telex, é realmente sua. Afonso Arinos requisitou ao serviço de telex da Câmara cópias do texto manuscrito.

O telex, que dificultou a votação do projeto, não foi encaminhado ao serviço de telex da Câmara pelo senador. Segundo o chefe do setor, Rômulo Lima, o esboço, com a assinatura de Afonso Arinos, foi encaminhado ao serviço de telex da Câmara pelo deputado César Maia (PDT-RJ), causando estranheza ao próprio senador, que desconhecia o texto.

Cauteloso, Afonso Arinos preferiu não comentar ainda o episódio. A Câmara, entretanto, foi mais rápida: proibiu o envio de telex de parlamentares, com autorização de terceiros. A partir de agora, o telex só será enviado com a autorização por escrito do autor.